

Faroeste

Justiça reconhece acordo da PF com garimpeiros

Da Sucursal de Brasília

A Justiça Federal aceitou como legítimo o acordo firmado pela Polícia Federal com os garimpeiros que invadiram a reserva ianomami, em Roraima. Pelo acordo, os garimpeiros poderão ocupar três áreas situadas dentro dos 9,4 milhões de hectares definidos até agora pela Justiça como reserva indígena.

A invasão das terras ianomami intensificou-se a partir de 1987. Em 20 de outubro do ano passado, a 7ª Vara Federal concedeu liminar interditando a área e determinando a retirada dos garimpeiros.

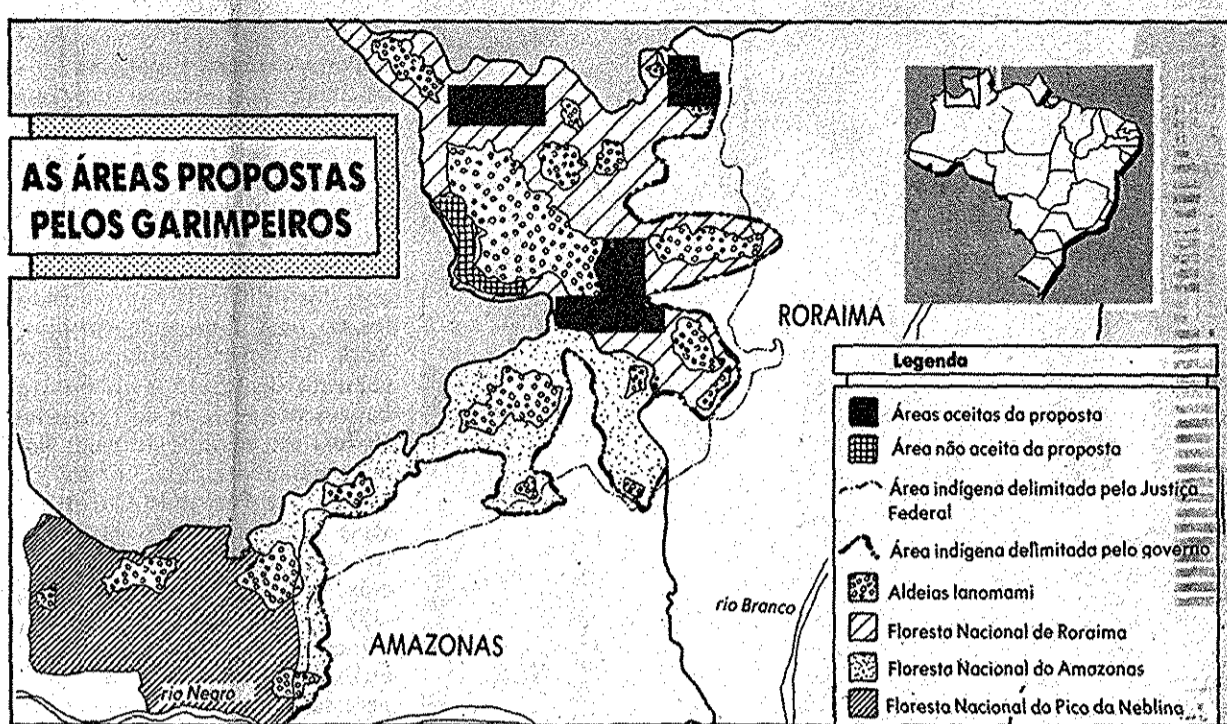
O juiz Aguiar também negou o pedido de prisão em flagrante de Romeu Tuma, formulado no último dia 10 pelo procurador da República Eugênio Aragão. O procurador pedia que a Justiça ouvisse o diretor-geral da PF para saber se a liminar estava sendo cumprida. Em caso negativo, solicitava a prisão de Tuma por desobediência.

Nas explicações por escrito que entregou anteontem ao juiz, o delegado afirma que a prioridade da ação policial, na primeira etapa, é a retirada dos garimpeiros das aldeias de Paapiú e Surucucu. Em uma etapa seguinte, que deve começar em um prazo de 90 dias, no mínimo, os garimpeiros serão tirados das regiões que fazem parte do acordo.

Com a admissão do acordo, a Justiça referendou a estratégia do

governo, que é de ganhar tempo. A aposta de Tuma — e do ministro da Justiça, Saulo Ramos — é que a ação principal que corre na Justiça sobre a demarcação das terras não vai reconhecer todos os 9,4 milhões de hectares como reserva indígena. Saulo Ramos já pediu estudos para redefinir a extensão da reserva.

Se o resultado da ação principal for o imaginado pelo governo, a segunda etapa da ação da PF — retirada dos garimpeiros das áreas incluídas no acordo — nem precisará ser realizada. O governo também já está preparando uma saída para o caso de uma decisão judicial ser outra. O presidente Sarney deve assinar nos próximos dias um decreto criando uma área de garimpo de 100 mil hectares fora dos domínios ianomami. (Elvis Cesar Bonassa)



ENTENDA O CONFLITO ENTRE OS ÍNDIOS E O GARIMPO

Os ianomami

Os índios ianomami são considerados a última nação indígena do continente americano a viver praticamente isolado do homem branco. São nômades e necessitam de grandes extensões de terra para viver. Em 1988, a Funai estima a população ianomami em 9.910 índios, distribuídos em 120 aldeias. O primeiro registro da presença de garimpeiros na região (entre Roraima e Amazonas, na fronteira entre o Brasil e a Venezuela) é em 1964. Ao longo das décadas de 70 e 80, a PM de Roraima, a Polícia Federal e a FAB realizaram várias operações de retirada de invasores. Apesar disso, o número de garimpeiros na região cresce de cerca de 3 mil em 1987 para mais de 40 mil em 1989.



Feb. 1989 - Sarney assina decretos estabelecendo a reserva ianomami conforme a definição da Funai (19 "ilhas"). No mês seguinte, cria os "florestas nacionais"; o decreto permite garimpo nessas áreas. Abr. 1989 - O senador Severo Gomes (PMDB-SP) anuncia que pretende arguir a inconstitucionalidade da medida que dividiu a reserva ianomami. O juiz Edgard Antonio Lipman Jr. pede o indiciamento de Romero Jucá Filho, acusado de envolvimento em negociações de contratos para a exploração de madeira em áreas indígenas. Jul. 1989 - O Ministério Público entra na Justiça com uma ação contra a União, exigindo a interdição das pistas de pouso do garimpo e a expulsão dos garimpeiros. Já no cargo de governador de Roraima, Romero Jucá Filho reúne-se com representantes do governo federal para discutir a regulamentação do garimpo nas "florestas nacionais". Set. 1989 - No dia 2, em visita a Boa Vista, Sarney é recebido com protestos de ambientalistas e índios. No dia 15, o presidente recusa-se a receber no Planalto os líderes de oito nações indígenas que pretendiam exigir a retirada dos garimpeiros de Rondônia. Out. 1989 - Os procuradores da República Eugênio José Aragão e Débora Macedo afirmam que a demarcação feita pelo governo é inconstitucional e propõem uma nova demarcação, que preserve a área contínua da reserva original, de 9,4 milhões de hectares. No dia 20, o juiz da 7ª Vara Federal, Novelty Reis, concede liminar determinando a interdição da reserva e a retirada dos garimpeiros. Nov. 1989 - A PF comunica à Justiça não ter condições para retirar os garimpeiros. No dia seguinte, a 7ª Vara Federal requisita o envio de tropas do Exército, constatada a incapacidade da PF.

Dez. 1989 - No dia 5, o juiz João Baptista Coelho Aguiar determina que a Aeronáutica interdição as pistas de pouso do garimpo. O Congresso libera NCZ\$ 55 milhões para um programa emergencial de saúde para os ianomami e a retirada dos garimpeiros. O ministro da Justiça, Saulo Ramos, descarta o envio de tropas do Exército. Jan. 1990 - No dia 3, seis equipes médicas chegam a Roraima para tratar dos ianomami.



Dia 8 - A PF interdita as pistas de pouso de Boa Vista, tentando impedir que aviões levem provisões para os locais de garimpo (estima-se que há 170 pistas servindo 350 aviões e 30 helicópteros; da operação participam 77 agentes e 11 delegados da PF). Dia 9 - O delegado Romeu Tuma, diretor-geral da PF, participa em Boa Vista de uma reunião com líderes do garimpo. Durante o encontro, mantém contato telefônico com o ministro Saulo Ramos e faz um acordo com os garimpeiros que contraria a decisão judicial de outubro de 89, ao garantir três áreas para o garimpo em terras ianomami; a reserva indígena seria reduzida para 19 "ilhas". Dia 10 - O procurador Eugênio Aragão pede a prisão em flagrante de Tuma, por desobedecer ordem judicial. Saulo Ramos diz que o acordo com os garimpeiros é "perfeitamente legal". A princípio, Tuma nega a existência do acordo. Dia 12 - Como resultado do corte de despesas, alguns garimpeiros começam a deixar as terras ianomami. Dia 16 - A PF transfere sua base de operações de Boa Vista para a aldeia de Paapiú, onde há uma pista de pouso do garimpo. Cumprindo o acordo, ao invés de promover o retorno, a PF passa a "fiscalizar" a "saída espontânea" dos garimpeiros. A Justiça nega o pedido de prisão de Romeu Tuma e diz que o acordo com os garimpeiros é válido até que seja julgada a ação sobre a demarcação da reserva.

Liminar não é definitiva

Da Sucursal de Brasília

A interdição da área de 9,4 milhões de hectares e a retirada dos garimpeiros foi determinada por uma liminar concedida em 20 de outubro último pela Justiça Federal de 1ª Instância. A liminar é uma decisão rápida do juiz e não é definitiva. Ela serve para evitar que sejam causados danos irreparáveis enquanto a Justiça não decide o processo propriamente dito.

A liminar foi concedida em uma ação proposta pelo Ministério Público, que tem o dever constitucional de defender os interesses dos índios. O resultado da ação pode confirmar as determinações da liminar, modificá-las ou mesmo contrariá-las. Este resultado final vai depender

pelo menos mais quatro meses, segundo o juiz Novelty Reis, que vai julgar o processo. "Será necessário fazer uma perícia, convocar especialistas. Isso é demorado", afirmou.

Mesmo antes do final do processo, a liminar pode ser modificada ou cassada. A mudança pode ser feita pelo próprio juiz que a concedeu. A cassação precisa ser feita em uma instância superior de Justiça — no caso, o Tribunal Regional Federal de Brasília. É isso que pretende fazer a Comissão de Apoio e Defesa dos Garimpeiros da Amazônia, que vai entrar hoje com um pedido de cassação da liminar. A Comissão promete revelar "interesses escusos" que estariam por trás da retirada dos garimpeiros de Roraima.

Presidente vai criar 'reserva garimpeira'

Da Sucursal de Brasília

O presidente José Sarney deverá assinar nos próximos dias um decreto criando a "reserva garimpeira" de Urucacá-Santa Rosa, no norte de Roraima. O objetivo é assentar parte dos garimpeiros que estão sendo removidos das áreas indígenas ianomami pela Polícia Federal. Já existem cerca de 2 mil garimpeiros na área, com 130 balsas de extração de ouro e duas pistas de pouso, segundo o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). A extração de ouro no local é de 100 kg por mês.

O secretário-executivo do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, Ovidio Martins, que representou o ministro da Justiça, Saulo Ramos, na reunião de mapeamento da área, garantiu que há lugar para os garimpeiros removidos. Segundo ele, a área, de 100 mil hectares, tem vários espaços vazios. A presidenta da Comissão de Apoio e Defesa dos Garimpeiros da Amazônia, Jane Maria Rezende, contestou essa afirmação. Ela disse que a região já está "totalmente ocupada e as lavras têm dono". Rezende afirmou que cada lote de 100 m² de lavra naquela área custa 3 kg de ouro (o equivalente a NCZ\$ 1,2 milhão, pela cotação de ontem).

As outras áreas oferecidas aos garimpeiros são as glebas Ugaricoera e Catrimani-Couto Magalhães. Na primeira há 6 mil garimpeiros, 10 pistas de pouso e 300 balsas, que extraem 300 kg de ouro por mês. Na outra há 120 mil garimpeiros, 15 pistas e 120 balsas. A produção é a mesma da área anterior.

PF observa saída de Paapiú

Do enviado especial a Roraima

A retirada de garimpeiros da reserva indígena ianomami começa hoje a ser observada por cerca de 120 agentes da Polícia Federal. Segundo acordo entre a PF e os líderes do garimpo, os garimpeiros deverão sair da área por conta própria. Os policiais foram transferidos de Boa Vista para um acampamento na selva, junto à aldeia indígena de Paapiú.

Até as 13h de ontem, o comandante da operação, delegado Amaury Gaudino, não sabia qual ordem cumprir. Na dúvida, havia optado por seguir o decreto presidencial 98.502, de 12 de dezembro de 1989, que prevê a retirada de garimpeiros da reserva ianomami e da área de "floresta nacional" que a envolve.

Agora, Gaudino deverá retirar os garimpeiros apenas da reserva ianomami entendida como 19 "ilhas" cercadas por "floresta nacional". Os policiais federais estão fortemente armados mas, esperam evitar confrontos.

A operação está dividida em três fases. A primeira prevê a retirada de garimpeiros de áreas prioritárias, como as em torno dos garimpos de Baiano Formiga, Caveira 1 e Caveira 2. O "ponto de honra" dessa fase, para a PF, é a pista de Baiano Formiga, porque a PF tem informações que considera seguras sobre antecedentes criminais dos quatro proprietários dessa pista de pouso. (Olympio Barbanti Jr.)

O jornalista OLYMPIO BARBANTI JR. viaja sob o patrocínio do Varig

Satélite identifica em pistas clandestinas

Da Sucursal do Vale do Paraíba

Cerca de cem pistas de pouso clandestinas foram reveladas nas áreas da reserva dos índios ianomami, em Roraima, pelas imagens do satélite norte-americano Landsat. O satélite foi usado na primeira fase do trabalho de identificação das áreas de garimpo na região feito pelo Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe), em São José dos Campos (SP), em convênio com a Fundação Nacional do Índio (Funai).

O trabalho começou a ser desenvolvido em dezembro e o levantamento de imagens terminou esta semana. Em junho, a Funai deverá ter um mapeamento completo da região, com delimitação de áreas de garimpo, vias de penetração, pistas de pouso, da-

mas à floresta e cursos de água. A pesquisa abrange 100 mil quilômetros quadrados das terras ianomami e áreas próximas.

Com base no estudo, a Funai fará, no segundo semestre deste ano, a redemarcação das áreas de reserva. O território ianomami está dividido em 19 áreas descontínuas e apenas 2,4 milhões de hectares estão demarcados. O território tem 9,4 milhões de hectares.

Além da identificação de garimpos, o Inpe entregará à Funai um levantamento de regiões com provável existência de novas reservas de ouro, estanho e outros minerais, como o urânio. O Inpe também usará dados de radar e imagens coletadas em campo.

Pelo estudo, a Funai poderá adotar novos critérios para de-

marcar as áreas ianomami, estabelecendo, por exemplo, os limites das reservas no limite natural das microbacias hidrográficas. Segundo o chefe do Departamento de Pesquisa e Aplicação de Sensoriamento Remoto do Inpe, Antônio Tebaldi Tardin, a modificação evitaria "que as águas de exploração de garimpo — mesmo fora das reservas — afetassem os ianomami através dos despejos jogados nos rios".

As imagens obtidas pelo Inpe também serão comparadas com anteriores, mostrando a evolução dos garimpos na reserva. O resultado será associado a um estudo sobre a progressão da malária nas áreas ianomami feito pela Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (Sucam), a pedido da Funai.



Bep Gogoti, caciúpe caiapó, dorme na reunião com Ponte, Sting e Raoni

Ponte promete decreto que cria reserva caiapó

Da Sucursal de Brasília

O ministro chefe do Gabinete Civil, Luis Roberto Ponte, comprometeu-se ontem a cumprir a promessa do presidente Sarney de concluir esta semana o decreto de demarcação da reserva dos índios caiapó, no norte de Mato Grosso e sul do Pará.

O ministro comunicou a decisão ao caciúpe Raoni, ao cantor inglês Sting, ao presidente da Fundação Mata Virgem, Olímpio Serra e a um grupo de 11 índios caiapó — entre eles o caciúpe Bep Gogoti, o mais velho e respeitado (tem entre 90 e 95 anos) —, durante audiência no Palácio do

Planalto. A reserva dos caiapó tem 4.938.100 hectares, onde vivem cerca de 700 índios.

Na semana passada, o presidente Sarney determinou que o processo fosse acelerado. Apesar de três minutos de decreto estarem prontos, o presidente não pôde estudá-los porque o presidente da Funai, Iris Pedro de Oliveira viajou aos Estados Unidos e levou os documentos. "Estamos desconfortados do presidente da Funai. Ele não tinha razão para sumir com os papéis", disse Olímpio Serra.

Sting voltou a oferecer US\$ 1 milhão, que recolheu no exterior, para financiar a demarcação.

PF interdita pista de pouso ilegal em Boa Vista

Do enviado especial a Roraima

A Polícia Federal interditou às 15h de ontem a pista de pouso clandestina do Jockey Clube de Boa Vista, em Roraima. A interdição foi feita porque a pista está dentro da área de proteção do aeroporto internacional de Boa Vista, distante cerca de 5 km, o que oferece perigo de acidentes. A pista clandestina funcionava há pouco mais de um ano e era usada por garimpeiros.

A interdição foi decidida pelo brigadeiro Luis Antônio Martins Leonil, comandante da 7ª Comando Aéreo Regional. O dono da pista, Antonio Picão Neto, disse que o Departamento de Aviação Civil (DAC) tinha conhecimento da pista.



Agentes da PF entram em pista clandestina do Jockey Club para bloqueá-la

Agendas

Executivo

- Presidente
10h Ministro-chefe do SN
10h30 Ministro-chefe do Gabinete Militar
11h Ministro-chefe do Gabinete Civil
15h Ministro-chefe do Estado Maior das Forças Armadas (Emfa)
15h30 Ministro da Cultura
16h Ministro da Ciência e da Tecnologia
17h Cônego Nelson Soares, da Catedral de Belém (PA)
17h15 Prefeito Fernando Oliveira, de Orlândia (BA)
18h Arturo José Furlong e Carlos Frederico Hofmeister, presidente e diretor da Samrig, respectivamente.
Governador
17h Cerimônia de posse de Antonio Araldo Ferraz Dal Pozzo no cargo
de Procurador Geral de Justiça do Estado de São Paulo. Local: Procuradoria Geral da Justiça - Fórum de São Paulo, 15º andar
Prefeita
8h Entrevista à TV Manchete
9h Secretário de Justiça de São Paulo, Antonio Claudio Moriz de Oliveira
10h30 Debate sobre o "Seminário de Secretários das Administrações Regionais" - local: rua Casa do Ator, 311
14h Divulgação do Plano de Transportes da Secretaria Municipal
16h Reunião com o Diretor do DNPM
17h Cerimônia de posse do presidente do Tribunal de Contas do Município, av. Prof. Ascendino Reis, 1130
18h Despacho com o secretário do Governo Municipal

Erramos

O economista sentado à direita de Zélia Cardoso de Mello na foto publicada ontem na pág. A-11 é Luis Eduardo de Assis, e não Eduardo Modiano.